



## Língua, imigração e identidade nacional: análise de um discurso a respeito da imigração no Brasil da Era Vargas

Alexandre Marcelo Bueno\*

**Resumo:** No que tange às relações entre a sociedade brasileira e os imigrantes, podemos dizer que a história é mais complexa do que o senso comum nos mostra. Ela engloba valores distintos em contato que estão na base da construção de diversas imagens da alteridade. Um exemplo disso encontra-se no texto de Ribeiro Couto intitulado “O problema da nacionalização”, que apresenta propostas para a solução de um problema nacional: a assimilação de grupos imigrantes que se isolaram do restante da sociedade brasileira para manter seus valores, suas tradições e sua língua. O autor procura “equacionar” esse problema elaborando uma hierarquia dos diferentes grupos imigrantes e mostrando como a língua nacional pode ser um auxiliar no processo de assimilação, além de eleger a escola como espaço privilegiado para se fazer a integração dos imigrantes. O texto aproveita essa situação para propor uma nova política imigratória em que exclui os imigrantes japoneses e valoriza a presença dos imigrantes europeus por razões que ultrapassam a ideia do trabalho e da cultura. Para tratar dessas questões, este trabalho utiliza a semiótica de linha francesa, em especial a semiótica tensiva, para explicar a formação dos valores em jogo, e a sociosemiótica para entender as interações estabelecidas entre identidade e alteridade.

**Palavras-chave:** imigração brasileira, assimilação, identidade, língua nacional

### 1. Breve história da imigração e suas relações com a sociedade brasileira

No século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a imagem do imigrante possuía dois temas bastante distintos: um era o tema econômico, pois o imigrante era relacionado à força de trabalho e ao desenvolvimento econômico do Brasil; o outro era o tema racial, uma vez que parte da elite brasileira desejava que o projeto de “branqueamento” da sociedade brasileira, de características visivelmente racistas, fosse bem sucedido.

A motivação para se realizar o “branqueamento da raça brasileira” estava baseada principalmente em uma suposta “superioridade da raça branca” em relação a outros grupos, especialmente os negros ( Skidmore, 1976, p. 81-96; Seyferth, 1990, p. 18)<sup>1</sup>. Como a noção de raça, naquele período, subsumia conceitos culturais como língua, religião, tradições e comportamentos,

o projeto de branqueamento visava não apenas a transformação da sociedade brasileira em uma sociedade eminentemente branca, mas também dotada de traços culturais predominantemente europeus.

Não por um acaso, espanhóis, portugueses e italianos foram, segundo Oliveira (2001), os grupos imigrantes mais desejados pelo país. Esse desejo é explicado pela proximidade da língua, da religião e da cultura já existentes no Brasil, além de serem portadores da cor de pele que representava o paradigma de civilização. Esses imigrantes tinham, assim, as características que supostamente facilitariam a sua assimilação, ao menos do ponto de vista da elite e do governo brasileiros. De acordo com Oliveira, “a possibilidade de miscigenação e a disponibilidade à assimilação são variáveis fundamentais na definição de quais imigrantes são desejáveis” (2001, p. 10). Por conta do projeto de “branqueamento” e pelo desejo de se contar com a presença maciça de imigrantes portadores de elementos culturais europeus, a imigração asiática encontrou

\* Pós-doutorando do Centro de Pesquisas em Sociosemiótica da Pontifícia Universidade Católica, bolsista FAPESP (CPS-PUC/SP). Endereço para correspondência: { alexandrebuono@gmail.com }.

<sup>1</sup>Skidmore (1976) mostra em detalhes como o pensamento racial de origem europeia (e baseado em preceitos “científicos”) permeou o pensamento da elite intelectual brasileira por longas décadas, da Monarquia até a Era Vargas. Outros trabalhos também examinaram os reflexos das teorias raciais na elite letrada brasileira, como o de Roberto Ventura (1991) e o de Tânia Regina De Luca (1999). Para uma ampla explanação a respeito das teorias raciais europeias e seus reflexos nas faculdades brasileiras, cf. Schwarcz (1993).

muitas resistências no país, seja no período monárquico (chineses), seja nos anos iniciais da Primeira República (japoneses).

Como se não bastasse a restrição aos imigrantes asiáticos, a imigração europeia serviu como uma forma de a elite relegar grande parcela da sociedade brasileira (constituída principalmente por negros, caboclos e mestiços) à classe de subcidadãos. Como afirma Ianni (2004):

(...) as ‘elites’ brasileiras decidiram priorizar a imigração de ‘europeus’, ‘brancos’, ‘ocidentais’, membros da civilização ‘ocidental-cristã’, relegando as populações nativas ou indígenas, os africanos e os seus descendentes e, inclusive, os orientais. Foi uma política imigratória de cunho ‘arianista’, inspirada no ‘darwinismo social’ do evolucionismo do pensamento europeu em apogeu na época (p. 156).

Apesar dessas reservas, a imigração japonesa se tornou uma realidade no país. Isso ocorreu sobretudo por necessidade de mão de obra para o trabalho na lavoura e nas fazendas de café no momento em que a imigração europeia foi brutalmente interrompida por causa da Primeira Guerra Mundial.

Nas décadas de 1930 e 1940, já com uma considerável presença de imigrantes japoneses, uma ampla discussão a respeito da imigração se instaurou na elite intelectual e política brasileira. Como uma das consequências dessa discussão, surgiu a proposta para se proibir a entrada de mais imigrantes japoneses no Brasil. Durante a Assembleia Nacional Constituinte, responsável pela elaboração de uma nova constituição para o país, deputados como Miguel Couto, Antonio Xavier de Oliveira e Arthur Neiva se posicionaram contra a entrada de novos imigrantes japoneses (Takeuchi, 2007, p. 44-52).

A postura desses deputados era apenas um lado em torno do tema da imigração japonesa. Havia, naquele momento, três tipos de discursos sobre o tema da imigração: os que eram totalmente contra a vinda de novos imigrantes (que podemos caracterizar como discursos nacionalistas), os completamente favoráveis à entrada de qualquer tipo de imigrante (discursos com uma postura mais liberal) e um terceiro discurso que realiza uma espécie de mistura dos dois discursos anteriores. Esse discurso admitia a vinda e a instalação de certos grupos imigrantes, contanto que possuíssem as características desejadas por parte da sociedade brasileira. Ele propunha, assim, critérios para a seleção de trabalhadores imigrantes, privilegiando, implicitamente, determinadas nacionalidades e, por conseguinte, excluindo outros grupos estrangeiros da possibilidade de entrarem, trabalharem e se integrarem à sociedade brasileira.

A integração dos imigrantes à sociedade brasileira sempre foi um dos principais temas desenvolvidos nos discursos sobre a imigração. A política imigratória do país era, então, acompanhada de uma discussão sobre a maior ou a menor possibilidade de assimilação desses imigrantes. Frequentemente, eram utilizadas palavras como “nacionalização” ou “abrasileiramento” para se referir a esse aspecto da política imigratória. Como se sabe, a questão da nacionalização encontrou um maior respaldo durante o governo de Getúlio Vargas:

Entre 1937 e 1945 uma parcela significativa da população brasileira sofreu interferências na vida cotidiana produzidas por uma ‘campanha de nacionalização’ que visava ao caldeamento de todos os alienígenas em nome da unidade nacional. A categoria ‘alienígena’ — preponderante no jargão oficial — englobava imigrantes e descendentes de imigrantes classificados como ‘não-assimilados’, portadores de culturas incompatíveis com os princípios da brasilidade (Seyferth, 1997, p. 95).

Além disso, antes mesmo de entrar na Segunda Guerra Mundial, o governo varguista já aplicara uma série de políticas restritivas aos imigrantes presentes no Brasil, dentre os quais a limitação no número de entrada de novos imigrantes. Outra política de restrição aplicada aos imigrantes foi o processo conhecido como “nacionalização do ensino”, ou seja, a obrigatoriedade do ensino de língua portuguesa e o fechamento de escolas de comunidades estrangeiras (principalmente alemã, italiana e japonesa). Essa política tinha por finalidade o “exercício de cidadania” reclamado tanto por políticos liberais como por nacionalistas (Oliveira, 2000, p. 88). Para a implementação e a concretização desse processo de nacionalização dos estrangeiros residentes no Brasil, uma série de mudanças foram impostas às instituições educacionais e aos meios de comunicação criados e administrados pelos imigrantes, além do uso do Exército como forma de coação para se forçar a adesão aos valores cívicos nacionais, conforme nos mostra Seyferth:

A campanha de nacionalização foi implementada durante o Estado Novo (1937-1945), atingindo todos os possíveis alienígenas — tanto nas áreas coloniais (consideradas as mais enquistadas e afastadas da sociedade brasileira) como nas cidades onde as organizações étnicas estavam mais visíveis. O primeiro ato de nacionalização atingiu o sistema de ensino em língua estrangeira: a nova legislação obrigou as chamadas “escolas estrangeiras” a modificar seus currículos e dispensar os professores “desnacionalizados”;

as que não conseguiram (ou não quiseram) cumprir a lei foram fechadas. A partir de 1939, a intervenção direta recrudescceu e a exigência de “abrasileiramento” através da assimilação e caldeamento tornou-se impositiva — criando entraves para toda a organização comunitária étnica de diversos grupos imigrados. Assim, progressivamente, desapareceram as publicações em língua estrangeira, principalmente a imprensa étnica, e algumas sociedades recreativas, esportivas e culturais que não aceitaram as mudanças; foi proibido o uso de línguas estrangeiras em público, inclusive nas atividades religiosas; e a ação direta do Exército impôs normas de civismo, o uso da língua portuguesa e o recrutamento dos jovens para o serviço militar num contexto genuinamente brasileiro. A participação do Brasil na guerra, a partir de 1942, acirrou as animosidades pois a ação nacionalizadora se intensificou junto aos imigrantes (e descendentes) alemães, italianos e japoneses — transformados, também, em potenciais “inimigos da pátria” (Seyferth, 1997, p. 96-97).

Com esse panorama, imigrantes de determinadas nacionalidades se encontravam em uma encruzilhada: de um lado, medidas restritivas criadas pelo governo federal como parte de uma política assimilacionista, de outro, como consequência das decisões do governo, a desconfiança por parte da sociedade brasileira aumentava. Os imigrantes viam-se em um ambiente de maior controle de suas ações, de seus valores, de suas tradições e de seus costumes. Parte dessa história — excessivamente resumida neste trabalho — pode ser encontrada em diversos textos da época, como uma espécie de testemunho desse lado pouco conhecido das relações entre sociedade brasileira e imigrantes.

É nesse contexto histórico-discursivo que se insere o texto de autoria de Ribeiro Couto intitulado “O Problema da Nacionalização”. Esse texto foi parte de um relatório produzido para o Ministério das Relações Exteriores e posteriormente publicado na *Revista de Imigração e Colonização* em 1941. Como o próprio título revela, o texto de Ribeiro Couto trata das possibilidades de integração dos imigrantes no Brasil, além de apresentar uma avaliação sobre as políticas de imigração anteriormente adotadas no país. Por fim, o texto também assume uma posição sobre a questão da assimilação ao propor novos meios de integrar os imigrantes cuja presença ele considerava benéfica para o país ao mesmo tempo em que ele se colocava contra a entrada de mais imigrantes japoneses.

Antes da análise propriamente dita, algumas consi-

derações teóricas sobre as relações entre identidade, nação e língua serão apresentadas a seguir para embasar as questões suscitadas pelo texto a ser examinado.

## 2. Algumas considerações sobre as relações entre nação, identidade e língua nacional

Historicamente, a língua é um dos pilares simbólicos na constituição das nações e para a delimitação de fronteiras entre elas. Desde o final do século XVII, as novas nações europeias promoveram, cada uma à sua maneira, uma padronização da língua, a partir da eleição de uma das diversas variantes, com o intuito de se criar o efeito apontado por Thiesse com a seguinte equação: uma nação = uma língua (2001, p. 67-73)<sup>2</sup>. Essa função da língua serve para se criar um sentido de homogeneidade de uma nação e para veicular os valores internamente aceitos e reproduzidos pela elite política de cada país. Essa seria uma das funções da língua nacional, ou seja, criar os limites de uma identidade coletiva que se contrapõe a outras identidades (igualmente coletivas) exteriores a ela. Segundo Haugen (2000),

(...) as línguas nacionais têm oferecido o acesso ao título de membro de uma nação, uma identidade que dá à pessoa o ingresso num tipo novo de grupo, que não é apenas parentesco, governo ou religião, mas uma mistura inédita e peculiarmente moderna dos três (2000, p. 113-114).

A constituição da nação, enquanto unidade política, “será presumivelmente mais efetiva se for também uma unidade social” (Haugen, 2000, p. 105), isto é, as noções de unidade e de homogeneidade estão na base da construção de um espaço físico e simbólico denominado nação. A unidade social pressupõe ainda “(...) um único código linguístico por meio do qual tal comunicação [entre os indivíduos pertencentes a uma nação] possa existir” (idem, 2000, p. 106). Essa “unicidade” do código linguístico cria nos indivíduos um sentimento de pertencimento a um grupo social maior. Por isso, nas sociedades nacionalistas, mais do que ter uma língua em comum, deve-se ter sua própria língua (ibidem, 2000, p. 106). Assim, “(...) o ideal de variação mínima na forma seria uma hipotética variedade ‘pura’ de uma língua, com apenas uma ortografia e uma pronúncia para cada palavra, uma palavra para cada significado, e uma estrutura gramatical para todos os enunciados” (Haugen, 2000, p. 110). A partir dessas reflexões de Haugen, é possível pensar que uma única identidade se correlaciona a uma única língua, que

<sup>2</sup> Evidentemente, a língua não foi o único elemento responsável por esse efeito de homogeneização. A reconstrução da história nacional, a recuperação e valorização do folclore, a criação de museus e monumentos, entre outras possibilidades, também participaram, geralmente em conjunto, da construção da ideia de nação e de sua identidade (Thiesse, 2001)

enforma e veicula os valores dessa identidade e, ao mesmo tempo, elimina as variações e as alteridades que se contrapõem à unicidade da identidade nacional.

Por isso, podemos dizer que a “unificação” do idioma (isto é, a seleção de uma determinada norma em detrimento das outras) e sua imposição têm dois objetivos: o primeiro é criar a imagem de um país uniforme nos diversos aspectos constituintes de uma nação, o que dissimula ou encobre, por conseguinte, as diferenças e as tensões sociais, culturais, linguísticas e étnicas constitutivas de qualquer sociedade (Oliveira, 2000, p. 91; Zilles, 2001, p. 150). O segundo objetivo dessa “unificação” está ligada ao conceito de nacionalidade que constrói os limites entre os grupos estrangeiros e a sociedade supostamente detentora dessa nacionalidade homogênea e uniforme em seus aspectos sociais, culturais e linguísticos (Oliveira, 2000, p. 91).

O imigrante entra nessa questão de uma maneira não necessariamente positiva. A presença do estrangeiro pode ser encarada como uma ameaça a essa identidade a partir do momento em que pode interferir na homogeneidade artificialmente construída de uma nação ou de algum elemento constituinte da identidade nacional, já que são portadores de valores simbólicos ligados a outras sociedades e países (Garcez e Zilles, 2001, p. 27-29).

Um texto que tem como tema a questão imigratória deve ser analisado a partir de um de um pressuposto talvez óbvio: a relação entre identidade (nacional) e alteridade (representada pelos imigrantes) em um mesmo espaço de trocas e de disputas de sentidos. Com essa situação, é necessário refletir sobre as possibilidades de interação entre essas duas noções, assim como dos valores instaurados e em disputa. A seguir, algumas considerações a respeito dos valores que norteiam a interação entre identidade e alteridade serão apresentadas na perspectiva teórica da semiótica de linha francesa.

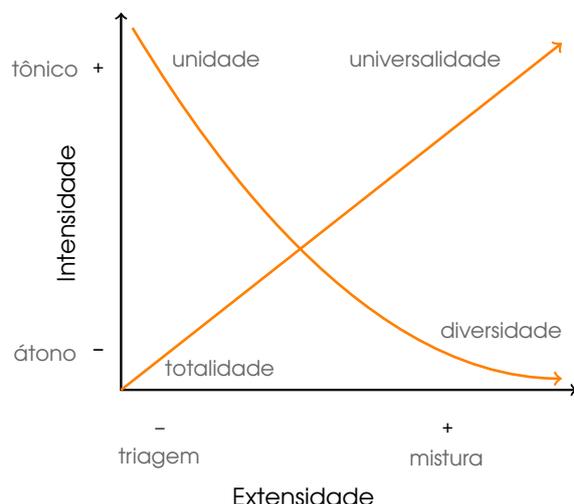
### 3. Valores nas interações entre identidade e alteridade

A teoria semiótica de linha francesa tem por objeto de estudo a significação, independente da forma da linguagem que serve de suporte ao sentido (apesar de a teoria não negar que o plano de expressão também é determinante, em alguma medida, para a construção do sentido). Neste trabalho, o propósito é o de analisar apenas o plano do conteúdo e, sobretudo, a interação entre identidade e alteridade como um discurso, ou seja, como um objeto dotado de significação. Para examinar como a interação é formada no texto de Ribeiro Couto, parte-se inicialmente de uma especulação sobre o modo como os valores são formados

e veiculados no texto. Para a formação dos valores do discurso analisado, o modelo da semiótica tensiva, de Fontanille & Zilberberg (2001), parece ser o mais apropriado por apresentar um alto grau de abstração e, por conseguinte, um considerável escopo heurístico.

De maneira resumida, a formação dos valores de todo e qualquer discurso se baseia no seguinte esquema: entendido como um sentido articulado, o valor é gerado por meio da correlação entre intensidade e extensidade. Essa correlação, por conseguinte, gera duas direções distintas: a conversa e a inversa, sendo que a definição de cada correlação parte das relações entre conjunção e disjunção (Fontanille; Zilberberg, 2001, p. 26). A disjunção e a conjunção definem, respectivamente, os operadores da triagem e da mistura que estão localizados no eixo da extensidade, ao passo que, no eixo da intensidade, são encontrados os operadores de tonicidade e de atonicidade. Dessa forma, a correlação conversa (em que predomina a mistura) gera o regime participativo enquanto a correlação inversa (cujo domínio é da triagem) produz o regime exclusivo ou de exclusão (Fontanille; Zilberberg, 2001, p. 26-27).

Nos valores orientados pela triagem, há uma restrição na circulação entre os objetos, enquanto nos valores orientados pela mistura, a circulação dos objetos é maior e, principalmente, mais rápida (Fontanille; Zilberberg, 2001, p. 27). Os valores gerados, assim, pela correlação entre triagem e mistura, tonicidade e atonicidade são: unidade, totalidade, universalidade e diversidade, conforme o esquema abaixo:



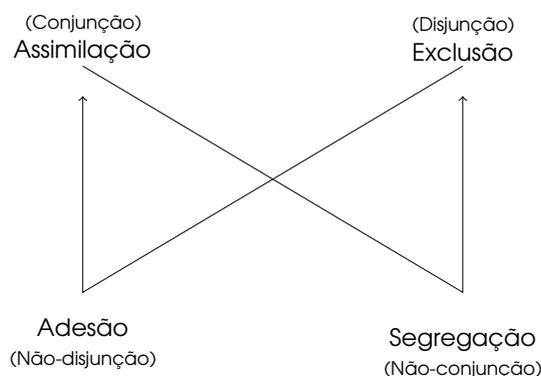
No regime da triagem, o excesso (representado pela tonicidade) leva a formação do valor unitário<sup>3</sup>

Os regimes de mistura e triagem podem ser colocados na dinâmica relacional existente entre identidade e alteridade, na medida em que a identidade (enquanto elemento constituinte do enunciador) pode selecionar

<sup>3</sup> Os autores fazem ainda outra distinção entre unidade e nulidade na triagem tônica. Para os autores, o excesso de triagem pode levar ou a uma unidade de valor absoluto ou a uma completa nulidade (Fontanille; Zilberberg, 2001, p. 33)

(ou não) grandezas de sentido advindas da presença da alteridade e, assim, produzir determinados valores. Contudo, o esquema tensivo não contempla, aparentemente, a possibilidade de a própria alteridade possuir traços igualmente dinâmicos, na medida em que é também portadora de seus próprios valores, hábitos, estilos de vida, etc. Assim, em um outro nível de análise, é preciso pensar as possibilidades de variação nessas relações.

A sociosemiótica, desenvolvido por Landowski, se mostra, assim, uma opção de análise, sobretudo no nível narrativo do discurso. Faremos aqui apenas uma rápida exposição da proposta de Landowski (2002) para o exame das relações de identidade e alteridade que são o ponto de partida da análise semiótica em que se apresentam as relações com o migrante.



No regime da assimilação, o Outro deve, para se integrar ao grupo detentor dos valores de referência, renegar os traços que o constituem para poder se tornar o Mesmo (Landowski, 2002, p. 8). Na exclusão, ocorre uma negação total do estatuto do Outro, justamente por causa dos elementos que forma a alteridade. No discurso da exclusão, defendem-se os valores do grupo de referência. Dessa forma, a alteridade é construída negativamente, pois o outro não possui os valores “corretos e adequados” para fazer parte do grupo de referência e, por isso, deve ser negado qualquer tipo de relação com ele.

A adesão se caracteriza como uma espécie de aceitação dos traços distintivos do Outro, justamente porque não se acredita em uma alteridade radical, em que não haveria nenhum traço em comum entre o grupo de referência e o Outro. No discurso da segregação, não há uma exclusão total, pois o que caracteriza esse regime é a manutenção de uma distância necessária para que não haja uma mistura entre a identidade e a alteridade.

Além da tipologia dos regimes da identidade, Landowski constrói também uma tipologia das estratégias da alteridade. Esta se baseia igualmente na noção de junção, que vai orientar a forma como a alteridade

Ao elaborar uma tipologia das estratégias identitárias, Landowski (2002) estabelece quatro conceitos: assimilação, exclusão, adesão e segregação. Os conceitos de assimilação e exclusão se assentam no princípio do apagamento das diferenças que constituem o Outro, ao contrário das categorias de adesão e segregação, que procuram manter os elementos distintivos do Outro, seja para aceitá-los ou valorizá-los, seja para ignorá-los ou denegá-los.

Os conceitos de conjunção e disjunção são utilizados, nesse caso, para estabelecer uma tipologia da identidade. Por isso, esses conceitos não são tomados como mediadores entre sujeito e objeto (modo como surgiram na semiótica), mas entre sujeitos em interação:

se relaciona com a identidade: a alteridade que deseja se assimilar, ser excluída, manter-se segregada ou ainda aderir não completamente à identidade para manter alguns elementos que a diferenciam. A noção de junção permite ao enunciador construir uma série de simulacros da alteridade, como veremos na análise do texto de Ribeiro Couto.

A seguir, passaremos para a análise do texto de Ribeiro Couto, no qual examinaremos as interações entre a sociedade brasileira e os diferentes grupos imigrantes, assim como as consequências dessas interações na construção da identidade nacional brasileira.

#### 4. Classificação e hierarquização dos diferentes grupos imigrantes no Brasil

A partir da percepção dos diversos grupos imigrantes presentes no Brasil, uma espécie de hierarquia é construída no texto. Ela tem como premissa a maior ou a menor facilidade de assimilação dos imigrantes. Por essa lógica, os portugueses e espanhóis seriam os imigrantes de mais fácil assimilação, porque o enunciador constrói os valores nacionais na base da herança ibérica (religião, língua, história, raça). Assim, haveria

uma equivalência entre valores brasileiros e os presentes nesses imigrantes e dos quais o Brasil seria herdeiro, como podemos ver na seguinte citação:

Não proclamamos a superioridade ou inferioridade desta ou daquela raça, deste ou daquele povo: apenas, queremos manter o fundo tradicional da nossa nacionalidade, esse substrato ibérico que determinou as características psicológicas do nosso povo, quais que sejam os seus componentes étnicos ulteriores (Couto, 1941, p. 28)<sup>4</sup>.

A composição étnica da sociedade brasileira presente no texto é produzida por meio da explicitação da unicidade dos valores nacionais e de sua origem ibérica. Assim, a vinda de imigrantes portugueses e espanhóis não modificaria a homogeneidade de sentidos que constitui a nação brasileira, enquanto uma grandeza dotada de sentidos. Em outras palavras, a entrada desses imigrantes seguiria a lógica do “mais do mesmo”, ou seja, a continuidade de sentidos entre Brasil e imigrantes ibéricos representaria pouco trabalho para assimilá-los. Além disso, esses imigrantes auxiliariam na manutenção de um tipo de homogeneidade construída e defendida pelo texto.

Mas a entrada de imigrantes portugueses e espanhóis não seria a única possibilidade vislumbrada. Outros grupos advindos da Europa também seriam incentivados a entrar no país porque, mesmo não sendo portadores dos valores ibéricos, eles teriam outros elementos valorizados pelo enunciador e que poderiam ser de grande ajuda para o projeto de desenvolvimento “racial”, cultural e econômico do país. Como se pode ver abaixo, interessava também propor a construção de uma sociedade brasileira cuja população fosse eminentemente branca (“etnias cuja integração biológica na coletividade nacional só poderá favorecer-nos”):

A esse respeito, alemães, poloneses e outros europeus não devem ser considerados no mesmo plano dos japoneses. Ainda que trazendo ao Brasil cultura, língua e costumes diferentes da cultura, da língua e dos costumes brasileiros (de estrutura ibérica), força é reconhecer que os primeiros são etnias cuja integração biológica na coletividade nacional só poderá favorecer-nos; além do que, muito mais praticável é a sua assimilação, conforme já tem sucedido (por exemplo, com as colônias germânicas de Friburgo e Petrópolis na segunda metade do século XIX) (Couto, 1941, p. 21-22)

Mesmo de forma não completamente explícita, pode-se especular sobre um viés racial (para não dizer racista) no trecho anterior. Mesmo com traços culturais

distintos, imigrantes europeus não ibéricos seriam vantajosos para o país, na medida em que racialmente eles poderiam contribuir para o desenvolvimento do país. O discurso de Ribeiro Couto se constrói, assim, em diferentes camadas de isotopias (linguística, econômica, cultural, religiosa), com algumas mais valorizadas e outras menos. Assim, ele reconhece e aceita algumas diferenças, a depender da isotopia, mas mostra que há um nível no qual a equivalência, ou um desejo de equivalência, entre a identidade e a alteridade é inegociável. Esse nível é o da isotopia racial.

Dessa forma, a unicidade racial do país (constituído somente por pessoas brancas) é o elemento mais valorizado pelo enunciador e o principal projeto a ser realizado. É por isso que ele aceita (ou tolera) certas diferenças em relação aos valores nacionais, mas dentro de certos limites impostos pelo elemento mais importante. Assim, por meio da assimilação dos europeus em geral é que o Brasil teria chances de se tornar um país biológica e racialmente homogêneo, ou seja, branco. No trecho anterior, fica clara a hierarquia dos diferentes grupos imigrantes presente no texto: em primeiro lugar, os imigrantes de origem ibérica (portugueses e espanhóis); em segundo, os demais grupos europeus (alemães, poloneses, etc); e, por fim, os grupos asiáticos, especificamente o grupo japonês, que já era uma realidade no país, mesmo sendo indesejada pelo autor.

Como já pode ser vislumbrado, além da seleção de alguns grupos, o discurso também propõe a exclusão do grupo que não se encaixa nas características valorizadas:

Não se deve aplicar o mesmo critério assimilador a asiáticos e europeus. Por maior que seja a nossa boa vontade, por mais profundo que seja o nosso instinto de cordialidade internacional, cumpre-nos defender os caracteres morfológicos do povo brasileiro, preservar as suas possibilidades de aproximação com os tipos europeus iniciadores, mantendo à parte os grupos asiáticos e impedindo o seu desenvolvimento (Couto, 1941, p. 22)

O trecho acima apenas reitera a opção já mencionada do enunciador. Assim, a triagem elaborada pelo discurso de Ribeiro Couto separa, de um lado, os imigrantes europeus e, de outro, os imigrantes japoneses. Os primeiros seguem seu percurso e podem vir a ser assimilados. Nessa etapa, eles já entram no regime da mistura (no caso, com os brasileiros). Já os imigrantes japoneses param na triagem e permanecem segregados (quando já estão no Brasil) ou excluídos (se for possível interromper o processo migratório) por conta de serem portadores de um traço racial não aceito pela operação de triagem. Assim, ao grupo japonês não era nem ao

<sup>4</sup> Apesar dessa afirmação, não é isso o que o enunciador mostrará no decorrer do desenvolvimento do seu discurso.

menos oferecida a possibilidade de se participar desse quadro de valores, o que não deixa de representar um traço de preconceito presente nesse discurso.

Nesse sentido, o enunciador vai construindo, diante de seu enunciatário, a homogeneidade e a unicidade dos valores nacionais. Dentre esses valores, o principal a ser defendido é o dos caracteres morfológicos do povo brasileiro, ou seja, a constituição racial da sociedade.

Além da questão racial na seleção de imigrantes, há também outros critérios apresentados pelo próprio autor. Dentre esses critérios, um que se destaca é a questão linguística. Passaremos, assim, a examinar, nesse discurso, quais são as propostas do autor em relação ao uso da língua nacional para a assimilação e a exclusão dos diferentes grupos imigrantes no Brasil.

## **5. O papel da língua nacional nas estratégias de assimilação e de exclusão dos imigrantes no Brasil**

Mesmo estabelecendo a prioridade por determinados imigrantes, o texto de Ribeiro Couto não perde de vista que a integração do imigrante à sociedade brasileira é necessária. O texto se reporta a essa questão como um “problema”, pois ela está indiretamente relacionada à concentração dos imigrantes em colônias espalhadas pelo país, o que dificultava o acesso deles aos valores nacionais brasileiros e também revelava as tentativas fracassadas de integrá-los ao país:

Todos os fatores se encadearam, assim, convergindo para o mesmo resultado: a saturação étnico-social, por elementos de descendência estrangeira, de certas partes do território do país, verdadeiras ‘zonas a nacionalizar’ (Couto, 1941, p. 20)

O isolamento do imigrante em sua colônia é qualificado no texto como um excesso (“saturação étnico-social”) no espaço geográfico e social brasileiro. Essa percepção faz com que o autor considere necessário instituir um sujeito do fazer cujo objetivo seria o de eliminar ou diminuir a concentração de imigrantes em algumas regiões do país. Em outras palavras, extinguir a concentração de imigrantes passava pelo processo de assimilação, sobretudo por meio da transformação dos filhos de imigrantes em brasileiros natos:

O que queremos, portanto, é que os descendentes de estrangeiros se sintam brasileiros; e que seus pais não obstem a essa integração psicológica dos filhos no meio brasileiro (Couto, 1941, p. 32).

Dessa forma, mesmo entrando imigrantes próximos do simulacro desejado pelo enunciador, é preciso evitar a constituição de outros universos homogêneos autônomos inseridos na homogeneidade brasileira, sob o risco de se perder a coerência dos sentidos que definiriam a nacionalidade brasileira. Assim, a situação das colônias, da maneira como estava, não poderia prosseguir por causa da ameaça de o processo de homogeneização fracassar. Segundo o autor: “A mecânica da aculturação repousa, assim, na quebra do isolamento do núcleo alienígena e na introdução de valores psíquicos brasileiros” (Couto, 1941, p. 33).

Seria obrigação do governo, enfim, realizar uma política que encerrasse o isolamento dessas colônias por meio da implantação de escolas e de vias de comunicação. Em outras palavras, caberia ao governo instituir sujeitos e adjuvantes cujos fazeres “esvaziariam” o excesso de concentração dos imigrantes no país. Em contrapartida, dever-se-ia realizar um fazer que visasse à dispersão dos imigrantes, ou seja, a diluição do elemento estrangeiro no espaço social brasileiro.

Apesar de a tendência ser a crítica ao governo de Getúlio Vargas (contemporâneo de Ribeiro Couto), o texto critica apenas os governos anteriores. Esses governos foram negativamente sancionados sobretudo por causa de sua suposta tolerância em relação à formação das colônias imigrantes no país:

O problema da nacionalização estava aí prefigurado: o governo deixava que as escolas estrangeiras proliferassem, não abrindo outras suas, para o ensino da língua nacional; os colonos, favorecidos por tal circunstância, podiam educar os filhos como estrangeiros dentro do Brasil (Couto, 1941, p. 25).

As escolas estrangeiras seriam um problema para o país porque elas preservavam os valores e as práticas culturais e linguísticos dos imigrantes e isso dificultava a assimilação desses grupos. É por essa razão que o enunciador critica a omissão e a permissividade do governo brasileiro que possibilitaram o surgimento de outro fazer advindo dos imigrantes.

Como a política imigratória dos governos brasileiros anteriores à Era Vargas apresentavam esses defeitos, o enunciador assume o papel de manipulador para propor novas ações para se facilitar a assimilação dos imigrantes presentes no Brasil. Baseado em leis já existentes ou em propostas em trâmite, o texto apresenta as seguintes questões a serem consideradas:

- (a) quebrar o isolamento geográfico e social dos núcleos de estrangeiros ou seus descendentes
- (b) evitar a formação de novos núcleos homogêneos;
- (c) favorecer a inclusão de famílias brasileiras nos núcleos existentes;

(d) multiplicar os demais fatores ambientes da nacionalização (Couto, 1941, p. 30).

As leis tratavam, segundo o texto, dos “brasileiros descendentes de estrangeiros”, ou seja, dos filhos dos imigrantes. No entanto, esses indivíduos seriam considerados brasileiros ainda não perfeitamente adaptados ao meio nacional porque são “brasileiros que não falam português e não se sentem em função da consciência nacional” (Couto, 1941, p. 28-29), uma vez que viviam isolados do convívio de brasileiros “plenos”.

Seria preciso, então, apagar essa distinção entre brasileiros natos e brasileiros “incompletos” para que o projeto de assimilação e de integração dos imigrantes fosse completado. Para isso, as escolas estavam obrigadas a ensinar os valores nacionais, por meio do ensino da língua e da história, contribuindo para esse fazer assimilacionista do governo, que busca assim a solidificação de uma identidade nacional:

(...) pelo ensino e pelo uso da língua nacional, pelo cultivo da história do Brasil, pela incorporação em associações de caráter patriótico e por todos os meios que possam contribuir para a formação de uma consciência comum (Couto, 1941, p. 29).

Temos de substituir o subconsciente do descendente de estrangeiro, enraizado na convivência exclusiva com a cultura doméstica, pelo subconsciente nacional, canalizado pela língua, pela escola, pela história, pela arte do país, pelo contato também com outros meios geográficos (Couto, 1941, p. 33-34).

Desse modo, a escola teria a função de ser o agente adjuvante responsável por atribuir o /saber/ (linguístico e histórico) para que o filho do imigrante /saiba-ser/ brasileiro pleno. Nesse sentido, o texto revela a importância da língua e da história, enquanto unicidades de sentido em diferentes planos, na integração do filho do imigrante e no reconhecimento do que seria um brasileiro completo.

Ainda no intuito de tratar o problema da integração do imigrante, o texto propõe um sistema de “quotas de residência de estrangeiros”, ou seja, quando uma determinada nacionalidade estrangeira chegasse a um número populacional pré-determinado pelo governo, o excedente deveria ser “transplantado” para outras cidades ou outras regiões do país. Há uma questão quantitativa no processo de assimilação e que desenvolve a seguinte lógica: quanto mais brasileiros estiverem presentes na colônia de estrangeiros, mais facilmente os imigrantes seriam assimilados pelos valores nacionais. E essa assimilação ocorreria, sobretudo, por meio do uso da língua portuguesa, a partir da seguinte lógica: quanto mais brasileiros em uma colônia de imigrantes, maior seria a possibilidade do uso da língua

portuguesa pelos imigrantes. Logo, quanto maior o uso da língua portuguesa, maior a chance de se tornar brasileiro.

Essa proposta, assim como as demais, visava, essencialmente, a impedir a formação e crescimento dos chamados “quistos raciais” que seriam os responsáveis pelo isolamento, e consequente dificuldade de assimilação, dos imigrantes e, em sua versão extrema, um elemento de ameaça à integridade nacional. Mesmo não assumindo esse papel, o enunciador está também preocupado com a segurança nacional, na medida em que há o interesse e a preocupação em se preservar a suposta homogeneidade nacional.

Ao Brasil se impõe o dever de acelerar, por isso, o processo de adaptação dos estrangeiros e seus descendentes, a sua aculturação, a sua integração numa certa consciência política ou sensibilidade coletiva, fora da qual o indivíduo será um fator de negação dentro do Estado (Couto, 1941, p. 21).

Esquemáticamente, pode-se pensar que o texto de Ribeiro Couto tenta resolver a absorção de uma homogeneidade (do imigrante) por meio da “inseminação” de uma outra homogeneidade (a brasileira) para que, ao longo do tempo histórico, a primeira seja diluída pela segunda e, assim, preserve-se a homogeneidade da cultura brasileira. Lembrando-se, apenas, que a homogeneidade do imigrante é aquela que já sofreu uma primeira triagem quando foram excluídos os imigrantes japoneses das considerações da política imigratória.

Nessa seção, examinamos como, após a triagem dos imigrantes, o texto passa a tratar da assimilação dos imigrantes, utilizando, inclusive, a operação de mistura para se tentar acelerar a integração a partir do contato constante do estrangeiro com o brasileiro e com a língua portuguesa.

E assim o artigo de Ribeiro Couto estabelece suas propostas para a política imigratória brasileira, deixando de lado os japoneses e reforçando a presença de imigrantes europeus para, em seu limite, fundar uma civilização europeia nos trópicos, tema por sinal muito frequente nos textos sobre a imigração no Brasil.

## 6. Conclusões

O texto de Ribeiro Couto mostra uma tentativa de hierarquização dos diferentes grupos imigrantes a partir de critérios raciais e culturais: em primeiro lugar, os portugueses e espanhóis, por conta de suas características e de seus valores de origem ibérica; em segundo lugar, os demais grupos europeus, como os alemães, poloneses, italianos, por causa de sua formação racial branca; e, por fim, o grupo de imigrantes japoneses que deveriam receber tratamento distinto no momento de selecionar a entrada de estrangeiros no país porque

eles seriam portadores de traços com grandes diferenças culturais e raciais (ao menos dentro daquilo que o enunciador desejava).

Após triar os grupos imigrantes, para estabelecer a hierarquização já mencionada, o texto passa a tratar do projeto de assimilação e de integração do imigrante à sociedade brasileira. Dessa forma, a preferência do autor por imigrantes de origem ibérica seria pela facilidade de assimilação. No entanto, fica também evidente a ideia da preservação de uma nação racialmente formada por indivíduos brancos. Essa é a principal razão para a exclusão dos imigrantes japoneses e para a aceitação de imigrantes europeus não ibéricos.

Dentre os elementos que auxiliariam na assimilação dos imigrantes estava a língua portuguesa. Assim, o ensino da língua nacional seria uma forma privilegiada de se integrar os imigrantes à nação brasileira, sobretudo por meio dos seus descendentes que frequentariam as escolas do governo brasileiro. A noção de língua subjacente ao discurso de Ribeiro Couto é a da portadora da identidade nacional, ou nos termos do próprio autor: “as vias do subconsciente nacional”. De um modo geral, a assimilação passa pela modalidade do /saber/: o conhecimento da língua portuguesa e da história do país conduziria o imigrante e seu filho a um outro patamar (saber-ser brasileiro).

O discurso de Ribeiro Couto apresenta também uma série de características presente em outros discursos sobre a política migratória de sua época: preferências por determinados grupos (baseadas, principalmente, por critérios raciais), ideia da ameaça dos chamados “quistos étnicos”, necessidade de assimilação dos imigrantes à sociedade brasileira (tanto para dirimir a ameaça da presença dos estrangeiros, como para convocá-los a contribuir para a construção da nação) e exclusão de determinados grupos imigrantes, principalmente os de origem asiática.

A história do Brasil mostra que o projeto assimilacionista (e ao mesmo tempo excludente) de Ribeiro Couto (e de parte considerável da elite brasileira) não foi bem sucedido, o que não quer dizer que se deva esquecê-lo. A postura deve ser, justamente, a contrária: imigrantes de outras origens continuam a entrar no país e tentativas de representá-los de modo negativo permanecem com diferenças e variações temáticas e figurativas. Mesmo havendo um arrefecimento da ideia de homogeneidade, isso não significa acreditar que a diversidade venceu a disputa na arena de sentidos da história brasileira. ●

## Referências

- De Luca, Tânia Regina  
1999. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Editora UNESP.
- Fontanille, Jacques; Zilberberg, Claude  
2001. *Tensão e significação*. São Paulo: Discurso 43 Editorial/Humanitas.
- Garcez, Pedro M.; Zilles, Ana Maria Stahl  
2001. *Estrangeirismos - guerras em torno da língua*, *Estrangeirismos - desejos e ameaças*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Haugen, Einar  
2000. *Norma Linguística*, “Dialeto, língua, nação”. São Paulo: Edições Loyola.
- Ianni, Octávio  
2004. *Pensamento social no Brasil*. Bauru: EDUSC.
- Landowski, Eric  
2002. *Presenças do outro*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Oliveira, Gilvan Müller de  
2000. *O direito à fala*, Brasileiro fala português: monolinguismo e preconceito linguístico. Florianópolis: Editora Insular.
- Oliveira, Lucia Lippi  
2001. *O Brasil dos imigrantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Schwarcz, Lilia Moritz  
1993. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Seyferth, Giralda  
1990. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- Seyferth, Giralda  
1997. “A assimilação dos imigrantes como questão nacional”. *Mana*, vol.3, n.1.
- Skidmore, Thomas E.  
1976. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Takeuchi, Márcia Yumi  
2007. *Japoneses - A saga do povo do sol nascente*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Lazuli Editora.
- Thiesse, Anne-Marie  
2001. *La création des identités nationales - Europe XVIIIe - XXe siècle*. Thiesse, Anne-Marie.
- Ventura, Roberto  
1991. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Zilles, Ana Maria Stahl  
2001. *Estrangeirismos - guerras em torno da língua*, “Ainda os equívocos no combate aos estrangeirismos”. São Paulo: Parábola Editorial.

---

## Dados para indexação em língua estrangeira

---

Bueno, Alexandre Marcelo

Language, alterity and national identity: analysis of a discourse about immigration in Brazil's Vargas Era

*Estudos Semióticos*, vol. 9, n. 2 (2013)

ISSN 1980-4016

---

**Abstract:** *The historical relations between the Brazilian society and the immigrants are more complex than the common sense show us. They include different values that are in contact, as well as the construction of several negative images of the otherness. An example of that is in the text of Ribeiro Couto entitled "O problema da nacionalização", in which he presents proposals for the solution of a national problem: the assimilation of immigrant groups that were isolated of the remainder of the Brazilian society to maintain his values, his traditions and his language. The author tries to "equate" this problem preparing a hierarchy of the different immigrant groups and showing like the national language can be an assistant in the process of assimilation. The author intends to "equate" this problem by constructing a hierarchy of different immigrant groups and showing how the national language can help in the process of assimilation. The school is chosen at the time as a privileged space to make the integration of immigrants. The text also proposes a new immigration policy that excludes Japanese immigrants and values the presence of European immigrants for reasons beyond the idea of work and culture. To examine these issues, this article uses the French semiotics, especially tensive semiotics to explain the formation of values, and socio-semiotic to understand the interactions between identity and alterity.*

**Keywords:** *Brazilian immigration, assimilation, identity, national language*

---

### Como citar este artigo

Bueno, Alexandre Marcelo. Língua, imigração e identidade nacional: análise de um discurso a respeito da imigração no Brasil da Era Vargas. *Estudos Semióticos*. [on-line] Disponível em: { <http://revistas.usp.br/esse> }. Editores Responsáveis: Ivã Carlos Lopes e José Américo Bezerra Saraiva. Volume 9, Número 2, São Paulo, Dezembro de 2013, p. 35-43. Acesso em "dia/mês/ano".

Data de recebimento do artigo: 30/Novembro/2012

Data de sua aprovação: 26/Março/2013

---